

# DIVERSIDADE CULTURAL E PRODUÇÃO COLABORATIVA NO PONTÃO DE CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Clóvis Montenegro de Lima<sup>1</sup>  
Alessandra Galdo<sup>2</sup>  
Marilia Bittencourt<sup>3</sup>  
Tahiná Lameiras Diniz<sup>4</sup>

## Resumo

Neste artigo descreve-se o processo de implantação do Pontão de Cultura na UFSC. São apresentados a estratégia e os conceitos orientadores dos Pontos e Pontões de Cultura, do programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. O conceito de diversidade cultural é consagrado em declaração da UNESCO de 2002. A produção colaborativa é forma solidária de ação coletiva, que pode ser potencializada pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação. A implantação do Pontão pode ampliar o acesso e o uso ativo dos meios de produção cultural na Universidade e fomentar a implantação de Pontos de Cultura em Santa Catarina. Conclui-se que a UFSC deve interiorizar o conceito de diversidade cultural e incorporá-lo nas suas ações, inclusive na formação profissional, e que o Pontão deve interagir e colaborar com as redes de produção cultural e de economia solidária para preservar e promover a diversidade cultural.

**Palavras-chave:** Diversidade cultural. Produção colaborativa. Pontos de Cultura.

## CULTURAL DIVERSITY AND COLLABORATIVE PRODUCTION IN THE POINT OF CULTURE OF SANTA CATARINA FEDERAL UNIVERSITY

### Abstract

This article describes is the process of deploying the Point of Culture in UFSC. Are presented strategy and guiding concepts of Points of Culture, of Ministry of Culture. The concept of cultural diversity is enshrined in the UNESCO declaration of 2002. The collaborative production is supportive manner of collective action, which may be enhanced by the use of new information and communication technologies. The deployment of Point can expand access and active use of cultural production means in the University and facilitate the implementation of Points of Culture in Santa Catarina state. It follows that UFSC should use the concept of cultural diversity and incorporate it in their actions, including vocational training, and that the Point should interact and cooperate with the networks of cultural production and economic solidarity to preserve and promote cultural diversity.

**Key-words:** Cultural diversity. Collaborative production. Points of Culture.

---

<sup>1</sup> Professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorado em Ciência da Informação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) e doutorado em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas – SP. [clovis.mlima@uol.com.br](mailto:clovis.mlima@uol.com.br)

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. [alessandra.galdo@gmail.com](mailto:alessandra.galdo@gmail.com)

<sup>3</sup> Bolsista do Pró-extensão UFSC 2007. [mariliabit@gmail.com](mailto:mariliabit@gmail.com)

<sup>4</sup> Bolsista do Pró-extensão UFSC 2007. [lameirasdiniz@gmail.com](mailto:lameirasdiniz@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo descreve-se o processo de implantação do Pontão de Cultura na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Este processo resulta diretamente da investigação sobre “Informação e produção nos Pontos de Cultura”, iniciada em outubro de 2006, no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFSC. O projeto do Pontão de Cultura na UFSC foi aprovado pelo Ministério da Cultura em outubro de 2007, e os recursos estão sendo efetivamente liberados no segundo semestre de 2008.

A descrição é articulada com a apresentação de dois conceitos que orientam a ação dos protagonistas do projeto: a diversidade cultural e a produção colaborativa. O conceito de diversidade cultural é descrito nos termos da Declaração de 2002 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. A produção colaborativa é uma forma contemporânea de trabalho cooperativo, um equivalente pós-industrial da linha de montagem fordista.

A UFSC tem discutido e trabalhado com estratégias educacionais que organizam suas atividades orientadas para a inovação social, a valorização do trabalho vivo e o exercício de solidariedade ativa. A implantação de um Pontão é possibilidade de discussão horizontal sobre acesso e uso de meios de produção cultural e artística. O diálogo cooperativo dentro desta Universidade pode ir além da racionalidade instrumental e da gestão burocrática. Nele pessoas e grupos interessados discutem eticamente e se organizam para produzir e disseminar cultura e arte, valorizando singularidades e agenciamentos coletivos.

Busca-se a articulação autônoma de interessados em produção artística e cultural nesta universidade pública, conectada à rede de mais de oitocentos Pontos de Cultura pelo País. É oportunidade de pensar nas relações entre promoção de diversidade cultural e produção colaborativa, visando ao fortalecimento das redes de economia solidária. A produção cultural pode, assim, ser tanto a via de construção de cidadania quanto a de geração de renda.

Esta iniciativa na UFSC deve favorecer a implantação da rede de Pontos de Cultura em Santa Catarina, com aumento dos investimentos do governo federal na produção cultural estadual. É uma evidente sinergia no uso de recursos públicos federais, em que a universidade federal pode assim cumprir com maior eficácia o seu papel de agente de desenvolvimento econômico e social, fomentando a organização autônoma e cooperativa dos produtores culturais no estado de Santa Catarina.

## 2 A DIVERSIDADE CULTURAL E A DECLARAÇÃO DA UNESCO

Apresenta-se a seguir o conceito de diversidade cultural nos termos em que ele é descrito na Declaração de 2002 da UNESCO. A Declaração reafirma o compromisso com a plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, recordando que sua Constituição advoga que a difusão da educação e da cultura para a justiça, a liberdade e a paz é indispensável para a dignidade do homem.

Na Declaração, que visa assegurar a diversidade cultural, a UNESCO (2002) diz que a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Diz ainda que o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, está entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais.

A Declaração fala em solidariedade fundada no reconhecimento da diversidade cultural, na consciência da unidade do gênero humano e no desenvolvimento dos intercâmbios culturais, e considera que o processo de globalização, facilitado pela rápida evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação, apesar de constituir um desafio para a diversidade cultural, cria condições de um diálogo renovado entre as culturas e as civilizações (UNESCO, 2002).

Logo no primeiro artigo da sua Declaração, a UNESCO (2002) diz que a cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos sociais. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras. A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha; e é fonte do desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual.

O desenvolvimento de uma diversidade criativa exige a plena realização dos direitos culturais: toda pessoa deve, assim, poder expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que deseje e, em particular, na sua língua materna; toda pessoa tem o direito a uma educação e a uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural; e toda pessoa deve poder participar na vida cultural e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõem o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais (UNESCO, 2002).

No artigo 6 da Declaração, a UNESCO (2002) diz que, para que se garanta a livre circulação das idéias mediante a palavra e a imagem, deve-se cuidar para que todas as culturas possam se expressar e se fazer conhecidas. A liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação, a igualdade de acesso às expressões artísticas e ao conhecimento científico e tecnológico – inclusive em formato digital – e a possibilidade, para todas as culturas, de estarem presentes nos meios de expressão e de difusão são garantias da diversidade cultural.

Toda criação tem suas origens nas tradições culturais, afirma a UNESCO (2002), porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Essa é a razão pela qual o patrimônio, em todas suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda a sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas.

O artigo 9 da Declaração diz que as políticas culturais, enquanto assegurem a livre circulação das idéias e das obras, devem criar condições propícias para a produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados. Cada Estado deve definir sua política

cultural e aplicá-la utilizando-se dos meios de ação que julgue adequados, seja na forma de apoios concretos ou de marcos reguladores apropriados. Isto implica envolver a sociedade civil na definição das políticas públicas de salvaguarda e promoção da diversidade cultural (UNESCO, 2002).

A Declaração conclui com um plano de ação que fala em promover, por meio da educação, a tomada de consciência do valor positivo da diversidade cultural e aperfeiçoar, com essa finalidade, tanto a formulação dos programas escolares como a formação dos docentes. Isto implica incorporar ao processo educativo métodos pedagógicos tradicionais, com o objetivo de preservar e otimizar os métodos culturalmente adequados para a comunicação e a transmissão do saber (UNESCO, 2002).

Além disso, o plano de ação da UNESCO (2002) recomenda priorizar o fomento da “alfabetização digital” e aumentar o domínio das novas tecnologias da informação e da comunicação, que devem ser consideradas, ao mesmo tempo, disciplinas de ensino e instrumentos pedagógicos capazes de fortalecer a eficácia dos serviços educativos. Preconiza a promoção da diversidade lingüística no ciberespaço e o fomento do acesso gratuito e universal, por meio das redes mundiais, a todas as informações pertencentes ao domínio público.

O plano propõe reduzir o hiato digital, favorecendo o acesso dos países em desenvolvimento às novas tecnologias, ajudando-os a dominar as tecnologias da informação e facilitando a circulação eletrônica dos produtos culturais endógenos e o acesso de tais países aos recursos digitais de ordem educativa, cultural e científica. O plano fala também em estimular conteúdos diversificados nos meios de comunicação e nas redes de informação e, para tanto, destaca o papel dos serviços públicos de rádio e televisão na elaboração de produções de qualidade, favorecendo o estabelecimento de mecanismos de cooperação que facilitem a difusão destas (UNESCO, 2002).

O plano de ação da UNESCO (2002) propõe garantir a proteção dos direitos de autor e conexos, de modo a fomentar o desenvolvimento da criatividade contemporânea e remuneração do trabalho criativo, defendendo, ao mesmo tempo, o direito público de acesso à cultura. Propõe a criação ou a consolidação de indústrias culturais nos países em desenvolvimento e, com este propósito, à cooperação para desenvolvimento das infra-estruturas e capacidades necessárias, o apoio à criação de mercados locais viáveis.

### **3 A PRODUÇÃO COLABORATIVA**

O capitalismo no seu modo de desenvolvimento informacional parece produzir relações inovadoras entre formas sociais da produção e tecnologias. A produção econômica capitalista atual centraliza os bens imateriais. O trabalho imaterial pode ser pensado como produção em que os principais produtos são imateriais – informações, conhecimentos e bens culturais. A produção colaborativa dos *softwares* livres fornece indícios importantes de novos metabolismos no capitalismo informacional.

O desenvolvimento dos softwares livres parece comprovar que a maior criatividade possível dos homens é obtida quando, livres da obrigação de tirar proveito e da disputa com a concorrência, eles podem desenvolver seu saber e suas capacidades de modo livre e

colaborativo. Atualmente multiplicam-se formas singulares de produção colaborativa de bens imateriais, saberes e informação, destacando-se o desenvolvimento do sistema operacional GNU/Linux e a construção de conteúdos compartilhados na Wikipédia.

Os processos de produção colaborativa parecem ser na sociedade da informação o que as linhas de montagem fordistas são no capitalismo industrial. Contudo, não se deve reduzi-los a mera flexibilização da organização produtiva. Estes processos contêm em si o mesmo potencial de produzir solidariedade que existe na cooperação no trabalho. O compartilhamento de informação parece trazer consigo o potencial de vínculo pela linguagem, na forma de discussão orientada para o entendimento.

A cooperação lingüística é o modelo de produção, afirma Negri (2003), não apenas pelo fato material de que as máquinas funcionam através de linguagens, mas também porque, através da linguagem, emergem formas originais de cooperação entre pessoas. A questão é o que se pode fazer por um mundo onde todos trabalhem em cooperação, usando ou não as novas tecnologias de informação e comunicação, na solução de problemas e na criação de melhores formas de organização e de produção.

A revolução nas tecnologias de informação e comunicação transforma os processos de trabalho a tal ponto que tendem ao modelo destas tecnologias. Máquinas interativas e cibernéticas tornam-se as novas próteses integradas a nossos corpos e mentes, sendo a lente pela qual redefinimos corpos e mentes. O computador se apresenta como a ferramenta universal, ou melhor, como a ferramenta central, pela qual deve passar toda e qualquer atividade. Mediante a informatização da produção, o trabalho tende à posição de trabalho abstrato (HARDT; NEGRI. 2003).

Ao transformar antigos métodos de organização, gestão e acesso à informação, o processo de informatização impulsiona a prática do compartilhamento – observam Prado e colaboradores (2005) quando o surgimento de cópia extremamente fiel à obra original se mostra como principal característica trazida com computadores e unidades de informação dispostas em zeros e uns. Destaque-se ainda a possibilidade de disseminação veloz de arquivos compactos de excelente qualidade de reprodução tanto de áudio quanto de vídeo.

Neste contexto, as novas dinâmicas coletivas parecem surgir do compartilhamento de informações, substituindo o modo de transmissão unidirecional por relações em rede. São muitos os processos de incremento das produções coletivas e de questionamento dos antigos modos de mediação e de oferta de informação, a partir do uso cada vez mais freqüente de ferramentas de busca e compartilhamento no mundo digital. Cabem destacar as plataformas de produção colaborativa aberta que fomentam a criação e a edição coletiva dos conteúdos.

É por causa dos interesses “não-capitalistas” que pessoas em todo o mundo decidem dedicar parte substancial de seu tempo para, por exemplo, redigir ou aprimorar um verbete da Wikipédia ou moderar uma comunidade virtual. Muitos fazem isso porque consideram esta atividade divertida, outros o fazem porque acreditam estar retribuindo conhecimento à sociedade, e outros ainda porque querem se sentir parte de iniciativa que poderia beneficiar diretamente as pessoas, grupos e minorias.

A criação de redes autônomas de interesse público à manutenção de arquivos e informação disponíveis ou para assegurar a infra-estrutura de compartilhamento veloz vem contribuindo para a disseminação de novos códigos éticos necessários à mudança para

formas de produção colaborativa, inteligente e generosa, resultando em rede de voluntários que atuam no suporte e na manutenção das novas tecnologias de informação e comunicação, dentro e fora da Internet (PRADO et al., 2005).

As relações colaborativas entre produtores e usuários são predominantemente horizontais, diferindo assim das relações entre produtores, mediadores e consumidores do modo de desenvolvimento industrial do capitalismo. As redes horizontais de produção colaborativa são processos sociais criativos, que podem não estar focados nos valores capitalistas dos seus produtos. As relações na produção colaborativa são semelhantes ao “sistemas de dádivas”, descrito por Marcel Mauss (2001). A retribuição não é a contrapartida “necessária” e racionalmente calculada.

Atualmente existem muitas iniciativas de produção colaborativa em todo o mundo, fundadas em estruturas abertas como a do *software* livre, em que qualquer interessado pode participar. Isso denota novas formas de organização e produção que diferem daquelas formas industriais do capitalismo. As formas de produção colaborativas criam novos modos de organização social e econômica, com mudanças potenciais nas formas de produção, organização e usos da informação, do conhecimento e dos bens culturais.

#### **4 O PROGRAMA CULTURA VIVA, OS PONTOS E OS PONTÕES DE CULTURA**

O Estado brasileiro vem desde sempre elaborando e executando políticas culturais que operam com conceitos de produção artística e cultural relacionados aos procedimentos e aos valores da indústria cultural moderna. A grande política pública tem sido a isenção fiscal para financiar atividades desta indústria. O mecenato disponibiliza recursos para que artistas e produtores culturais possam realizar atividades quase sempre integradas à produção industrial.

O Ministério da Cultura – MinC a partir de 2003 vem buscando construir e viabilizar uma política cultural diferente, focada na diversificação da produção artística e cultural, e financiando atividades tradicionalmente marginalizadas pela indústria cultural moderna e não conseguem, por razões sócio-históricas, ter acesso ao mecenato movido à isenção fiscal. A diversidade entra na pauta do Ministério da Cultura, sob a liderança do ministro, cantor e compositor popular Gilberto Gil.

A ampliação do conceito de cultura resulta no esforço em proporcionar condições de produção e de acesso aos grupos sociais historicamente marginalizados. Isto implica qualificar os ambientes sociais para a produção artística e cultural. Esta qualificação parte da identificação das demandas emergentes, e tem sido respondida com oferta de recursos mínimos para a produção e o acesso local. Além disso, os recursos disponíveis são oferecidos através de editais públicos de seleção de iniciativas e não mais de negociações de balcão.

O Programa Cultura Viva incorpora, de maneira estrutural, estes conceitos e se constrói a partir da convicção de que não cabe ao Estado fazer cultura, mas sim fomentar energias criativas, potencializar, fortalecer e aperfeiçoar o que existe e atua com legitimidade comunitária. Neste sentido, o Programa tem buscado desde seu início ser laboratório de experimentos das práticas democráticas.



Os Pontos de Cultura fazem parte do Programa Cultura Viva e são criados no contexto de mudança estratégica, focando especialmente no fomento e financiamento das iniciativas comunitárias e de organizações não governamentais. Além de protagonizar a estratégia de ampliação do acesso a meios de produção artística e cultural, os Pontos de Cultura visam à ampliação dos usos das novas tecnologias de informação e comunicação.

Os Pontos de Cultura não são entidades contratadas para prestar serviços de cultura de maneira terceirizada, mas organizações autônomas que trabalham em parceria com o Estado na construção de objetivos comuns: o empoderamento e o protagonismo social. Podem fazer aquilo que o Ministro Gilberto Gil denomina “do-in” antropológico, visando agir localmente para afetar a camadas cada vez mais amplas da sociedade.

O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou de atividade. São inúmeras as possibilidades de combinação de ações a partir das disponibilidades vinculadas à dinâmica própria de cada comunidade. A partir dessa dinâmica é que são definidas as necessidades de instalação física e de equipamentos de cada Ponto de Cultura. O MinC não promove licitações com base em modelos pré-moldados, visando à contratação de organizações, mas busca identificar vocações e encontrar parceiros.

O conceito de Ponto de Cultura envolve a importante dimensão de construção de uma rede articulada, ou seja, um Ponto só se torna Ponto de Cultura a partir do momento que interage e se integra com os demais Pontos de Cultura e com outras organizações da sociedade civil. O objetivo é integrar os Pontos em uma rede global que aconteça a partir das necessidades e ações locais. É visto como espaço de sedimentação da rede Cultura Viva – de organização da cultura em âmbito local e de mediação na relação entre Estado e sociedade e entre os outros Pontos.

Atualmente são mais de 650 Pontos de Cultura funcionando no Brasil, os quais estão localizados principalmente em regiões com escassa oferta de ações e serviços culturais nos grandes centros urbanos, e nos pequenos municípios. A sua proposta básica é registrar, dar visibilidade e compartilhar a produção cultural popular brasileira, para ampliar e diversificar as possibilidades de acesso e fruição de obras artísticas e produtos culturais.

O desenvolvimento do Programa Cultura Viva evidencia que as redes de Pontos começam a se construir a partir de contatos estabelecidos em encontros, e do compartilhamento de informações e de articulações regionais. Foi então possível perceber que as redes podem e devem ser fomentadas através de ações induzidas que promovam encontros de interesses, ocasiões para compartilhamento e projetos em comum.

A ação Griô é, neste sentido, o modelo de ação de articulação que se está propondo. Nesta ação, um Ponto de Cultura (Grãos de Luz e Griô) que dispunha de uma poderosa tecnologia social, a de integrar a tradição oral às instâncias formais de educação, propôs a ação de integração nacional de todos aqueles Pontos que trabalham, de alguma maneira, a tradição oral em suas práticas culturais. Este Ponto de Cultura, por sua capacidade articuladora, transformou-se em um Pontão de Cultura.

O Pontão de Cultura é, portanto, uma organização com capacidade de propor e gerir ações de articulação, capacitação, disseminação e difusão das atividades e produtos culturais dos Pontos de Cultura, que também tem o importante papel de estender as ações

do Programa Cultura Viva para além da rede de Pontos de Cultura, envolvendo outros atores e entidades que não se encontram vinculados à rede. Estas propostas não partem de uma iniciativa do Estado, mas é fruto do reconhecimento das possibilidades de organização criativa da sociedade brasileira.

O Pontão de Cultura é instrumento de promoção da cultura em suas mais diversas linguagens e formas, em âmbito regional ou nacional, gerido por ente público ou privado sem fins lucrativos, que desenvolverá ações que visem: a) à capacitação e formação dos agentes de cultura vinculados aos Pontos de Cultura; b) à criação e apresentação de obras artísticas realizadas em conjunto por dois ou mais Pontos de Cultura; c) à criação de mecanismos de distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais produzidos pelos Pontos de Cultura; d) à organização de festivais, encontros, fóruns e atividades correlatas que promovam o encontro, a troca de experiências e articulação entre Pontos de Cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2008).

A articulação em rede e a capacitação são as principais formas de potencializar as atividades dos Pontos de Cultura. O conhecimento adquirido e as conexões estabelecidas promovem um impacto muito mais profundo e duradouro do que a simples transferência de recursos. O contato entre os Pontos favorece, por um lado, a articulação política, que sempre fortalece os atores envolvidos e, por outro, o encontro das diferentes maneiras de fazer e de ser, abrindo caminho para a produção de combinações novas e insólitas características do fenômeno poético.

Os Pontões de Cultura respondem a uma das diretrizes prioritárias aprovadas Na 1ª Conferência Nacional de Cultura, ocorrida em 2005: viabilizar a criação e a manutenção de redes culturais de integração, com a finalidade de facilitar o intercâmbio entre as expressões da diversidade cultural brasileira em suas diversas linguagens e modalidades e promover a pesquisa, a formação, a produção, a difusão e a distribuição de produtos culturais.

## **5 A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DO PONTÃO DE CULTURA NA UFSC**

Santa Catarina é um dos estados com maior diversidade cultural. Aqui se encontra grande influência alemã e italiana, além da marca açoriana no litoral, mas o estado está longe de ser apenas “a pequena Europa” mostrada pelas agências de turismo. A influência cultural indígena e africana está presente, com inúmeras aldeias indígenas (guarani, kaingang, xokleng) e núcleos quilombolas. Existem também comunidades de descendentes de austríacos, gregos, sírio-libaneses e japoneses, entre outras.

Migrações mais recentes, como a de gaúchos para o oeste do estado e a de argentinos e egressos de metrópoles brasileiras para o litoral, aceleram a mudança nas características culturais, o que torna especialmente relevante e pertinente a preservação e a promoção desta diversidade, com valorização e acesso aos meios de produção e difusão cultural nos níveis locais e regionais.

Toda essa diversidade é insuficientemente conhecida pelos próprios catarinenses. Nas escolas os professores e os alunos têm grande dificuldade em encontrar conteúdos e registros sobre as culturas regionais, que não reproduzam a visão folclorizada e folclorizante da indústria cultural. Além disso, movimentos sociais e pequenas cidades não



dispõem de saberes e de meios para produzir registros das suas realidades, o que os torna marginalizados nos discursos que circulam sobre as realidades culturais e sociais. No início de 2007 são apenas onze Pontos de Cultura no estado.

A construção do Pontão parte da produção cultural colaborativa e autônoma de pessoas e grupos que sobrevivem no contexto de escassos recursos para cultura e artes na Universidade. O projeto desde sua origem é coordenado pelo professor Clóvis Montenegro de Lima, do Departamento de Ciência da Informação. A articulação se inicia no Centro de Ciências da Educação, cujo diretor Carlos Alberto Marques acolhe a idéia como desafio, percebendo que a iniciativa tem boas perspectivas de produção de resultados.

Inicialmente o projeto é pensado como Ponto de Cultura, mas a abertura de edital para Pontões de Cultura faz com que os grupos de interessados decidam investir não apenas na produção local. Em meados de 2007 é realizada audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado, a partir da discussão com parlamentares, com a participação do representante regional Sul do Ministério da Cultura. No segundo semestre de 2007, o grupo do Pontão de Cultura realiza também debate entre candidatos na eleição direta para Reitor da UFSC, em que os dois principais candidatos se comprometem a cooperar para a sua efetiva implantação.

O projeto do Pontão da UFSC tem quatro eixos em torno do qual é pensado e elaborado: o fazer cultural; a pedagogia do fazer cultural; a organização e administração do fazer cultural, incluindo a organização dos produtos, dos conteúdos e da informação; e a interface econômica do fazer cultural. Estes eixos não possuem hierarquia entre si e são profundamente interdependentes. São mais de quarenta pessoas diretamente envolvidas nas suas atividades. O valor total do orçamento do Pontão da UFSC é de R\$ 699.000, cabendo ao MinC investir R\$ 496.000.

O fazer cultural no Pontão é composição de atividades de professores e estudantes de diversas unidades de ensino, além de servidores técnicos do Departamento de Assuntos Culturais da UFSC – DAC. Inclui atividades tão diversas quanto narração de histórias, capoeira, danças populares, música, teatro e cinema, e que fazem parte dos processos de trabalho vivo e criativo na UFSC. O Pontão é capaz de integrar pessoas que, de outro modo, estariam fracionadas por divisões funcionais ou corporativas.

Cabe destacar entre os membros da equipe do fazer cultural do Pontão: a diretora de teatro Carmen Fossari e o cineasta Zeca Pires, servidores do DAC, e os professores do Curso de Graduação em Cinema: Henrique Finco e Claudia Mesquita. Além deles e de outros professores e servidores técnico-administrativos, muitos estudantes de graduação e pós-graduação, que também fazem arte e cultura, se integram à iniciativa.

O aspecto pedagógico do fazer cultural está presente: na formação de educadores populares em capoeira, com os professores Reinaldo Matias Fleuri e José Luiz Falcão; na formação de pesquisadores populares em tradições orais e da música, com a professora Gilka Girardello; e na difusão de saberes da cultura audiovisual, com os professores do Curso de Cinema. Esta forte presença de pedagogos contribui para que o Pontão possa cumprir sua função social de modo mais eficaz.

Assim, o Pontão se propõe a contribuir com formas inovadoras de produzir e difundir cultura na rede de Pontos de Cultura e em toda a sociedade catarinense. A integração nesta rede obriga aos que estão na UFSC a pensar fora e além dos padrões da

indústria cultural, que muitas vezes contamina irremediavelmente estruturas do ensino dos fazeres culturais. É um desafio para as instituições públicas de ensino superior somarem na execução e na consolidação da política cultural do governo federal.

Sabe-se que novos modos de organização e de administração da cultura são das principais demandas da sociedade atual, particularmente quando se está interessado na preservação e na promoção da diversidade cultural. Neste sentido, o Pontão conta com a cooperação das professoras Rosemeri Carvalho da Silva e Eloise Dellagnelo, do Observatório da Realidade Organizacional – ORO, integrante de uma rede nacional de pesquisadores da organização de atividades culturais.

O processo de construção do projeto do Pontão de Cultura na UFSC é, ele mesmo, produção colaborativa que quer ir além dos conceitos da organização e administração modernos. A rede de construtores do Pontão funciona de modo horizontal e integra pessoas fora dos seus papéis funcionais na UFSC. Essa rede usa intensamente novas tecnologias de informação e comunicação para interagir, compor proposições e tomar decisões.

O Pontão de Cultura na UFSC quer contribuir também para que artistas e produtores culturais catarinenses, especialmente aqueles integrados na rede de Pontos de Cultura, possam transformar o seu fazer em modo de gerar renda. Neste sentido cabe mencionar a participação do professor Armando Lisboa, do Núcleo de Estudos e Práticas em Socioeconomia Solidária da UFSC – NESOL, e participante do Fórum Catarinense de Economia Solidária.

A economia solidária parte das demandas reais e com participação efetiva das comunidades. O Pontão de Cultura quer aproximar os Pontos de Cultura e a rede de agentes comunitários de desenvolvimento local do Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária do Governo Federal. Esta aproximação e diálogo podem fazer com que as atividades culturais contribuam não apenas para promoção da diversidade cultural, mas também para o desenvolvimento local e solidário.

## **6 AS PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO CULTURAL COLABORATIVA NA UFSC<sup>5</sup>**

O projeto de implantação do Pontão de Cultura na UFSC, submetido ao Ministério da Cultura, no edital de divulgação n. 001/2007, é aprovado pela comissão de avaliação com nota nove e incluído no banco de projetos por meio da Portaria n. 10, de 11 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 16 de outubro do mesmo ano. A Portaria também inclui no banco de projetos aqueles apresentados pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Pelotas.

---

<sup>5</sup>As entrevistas com os professores Carlos Alberto Marques, Rosemeri Carvalho da Silva, Gilka Girardello e José Luiz Cirqueira Falcão, e com os servidores técnico-administrativos Carmen Fossari e José Henrique Nunes Pires foram realizadas na Universidade Federal de Santa Catarina, em abril e maio de 2008.

Os objetivos específicos do projeto aprovado são os seguintes: implantar centro de referência nacional em produção cultural popular e economia solidária; articular e formar rede regional sul de gestores culturais para Pontos de Cultura; implantar biblioteca virtual de música produzida, difundida e usada nos Pontos de Cultura; articular e formar rede estadual de produtores e editores de registros digitais de música; articular e formar rede estadual de educadores populares em capoeira; articular e formar rede estadual e regional de pesquisadores populares de tradições orais; implantar núcleo de referência regional de saberes audiovisuais para registro da produção cultural popular e de movimentos sociais.

O Pontão propõe formar organizadores e administradores da produção cultural, através de oficinas com diversos pesquisadores que integram o ORO. As oficinas serão realizadas com base em informações sobre as necessidades dos Pontos e suas demandas específicas. Assim, se esperam construir técnicas que possibilitem o equacionamento dos problemas encontrados pelos grupos, de forma a torná-lo sustentável. As oficinas podem servir de base para a construção de ferramentas de formação a distância.

O Pontão de Cultura inclui a proposta inovadora de organização de uma biblioteca virtual temática em música. As bibliotecas virtuais são coleções organizadas de documentos eletrônicos. A criação da biblioteca virtual de música requer forte conexão com a rede de Pontos de Cultura, no sentido de compartilharem processos de formação e digitalização das coleções de música. Serão desenvolvidos procedimentos técnicos de mediação para promover a diversidade cultural.

O Pontão deve igualmente realizar oficinas de produção e de edição de registros musicais, procurando aproximar produtores experientes de pessoas interessadas. Este processo visa formar músicos capazes de coordenar suas próprias captações e edições em estúdio digital. Esta iniciativa fornece maior independência de produção para os músicos e grupos musicais nos diversos Pontos de Cultura. Além disso, a formação em produção de registros musicais vai facilitar a digitalização de acervos musicais.

Finalmente, o Pontão quer sensibilizar e formar em economia solidária, de modo a capacitar agentes culturais como promotores e difusores de empreendimentos econômicos solidários a serem constituídos a partir das atividades culturais. Simultaneamente, buscar-se-á a integração destes empreendimentos culturais geradores de renda de forma associativa e solidária. O Pontão pretende estimular a integração dos Pontos de Cultura nas redes do movimento da economia solidária brasileira, especialmente os dos quilombolas, indígenas, recicladores e artistas populares.

O Pontão, através do núcleo de estudos de economia solidária, faz parceria sinérgica com o programa de desenvolvimento local e economia solidária do governo federal. É recomendado que a organização econômica advinda das atividades culturais busque integrar-se num arranjo produtivo solidário, na perspectiva de compor um complexo cooperativo para que alavanque desenvolvimentos locais com base em princípios da economia solidária.

Ao ser perguntado sobre as perspectivas para a produção cultural colaborativa e promotora da diversidade, Carlos Alberto Marques, diretor do Centro de Ciências da Educação afirma:

Espero que o Pontão de Cultura ganhe a dimensão da idéia desenhada, ou seja, que consiga dinamizar a cultura na UFSC e

149

criar um canal aberto entre as esferas governamentais que têm políticas e recursos. Que a UFSC reúna sua capacidade intelectual, artística e dinamize isso dentro e fora da universidade. A arte é uma manifestação importante da atividade humana.

Rosimeri Carvalho da Silva, do Observatório da Realidade Organizacional da UFSC, opina que o programa Cultura Viva é uma das melhores políticas que o Governo Lula construiu. Assim, o governo federal pode canalizar recursos para grupos que efetivamente necessitam, ao invés de simplesmente financiar os grandes artistas e a indústria cultural que dominam o mercado. Além disso, a cultura não é mais somente a arte, mas todas as manifestações que tem relação com a identidade de um grupo, de uma comunidade.

A professora Rosemeri Carvalho da Silva destaca que o Pontão pode cumprir papéis muito importantes, como, por exemplo, mapear os Pontos de Cultura. Isto significa não apenas mapear a localização geográfica dos Pontos, mas também identificar a diversidade de atividades artísticas e culturais que eles realizam. Finalmente, a professora comenta a participação no projeto do Pontão:

A minha parte do projeto é voltada para gestão. Nós estudamos desde 2000 o processo crescente de mercantilização das atividades culturais. Isso nos preocupa muito. O que nós queremos com o trabalho com os Pontos é propiciar uma discussão que leve à formação de gestores dessas organizações, que não sejam contaminados com a lógica empresarial. Essas organizações não são organizações empresariais, e contaminá-las com a lógica empresarial é destruir o Ponto. O Ponto, a idéia original, fica destruído na medida em que se transforma em uma empresa, em uma organização formal. Então o nosso trabalho é esse, construir outras formas de exercício de gestão.

É importante reproduzir depoimentos de professores e servidores técnicos sobre as perspectivas para a produção cultural na UFSC, a partir da novidade que é a implantação do Pontão de Cultura. Fala a diretora de teatro Carmen Fossari, servidora técnico-administrativa do Departamento de Assuntos Culturais – DAC/UFSC:

A arte não sobrevive sem um incentivo, a não ser que trabalhe para uma categoria da alta esfera social, que trabalha “dentro do sistema, para o sistema”. A arte precisa ser fomentada dentro da Universidade. Ela tem que ser fomentada na educação formal, além da educação extra, porque as pessoas têm que ter uma vivência de arte. Vai ser engenheiro, mas vai passar pela Universidade e ter uma vivência de arte.

Fala o cineasta José Henrique Nunes Pires (Zeca), também servidor técnico-administrativo do DAC/UFSC:

O papel da Universidade é dar um primeiro empurrão. Ela deve cultivar os grupos incipientes, proporcionando, aperfeiçoando aqueles que têm uma trajetória, mas ainda precisam de teoria. Cabe à Universidade incentivar, estimular e procurar fontes de recursos. Sinto que a produção artística e cultural é pouco valorizada na UFSC, e que os grupos existentes são os de pessoas

abnegadas, que vivem isoladas e dispersas pela dificuldade de sobreviver e de produzir. Não há uma articulação entre eles.

Comenta a professora Gilka Girardello, do Departamento de Metodologia de Ensino, pesquisadora em tradições culturais orais:

A produção artística e cultural nas universidades públicas é insuficiente. Em relação à UFSC, acredito que se começa a correr atrás do prejuízo tanto com o curso de cinema como com o curso de artes cênicas, mas ainda é pouco perto do que deveria ser. Minha expectativa em relação ao Pontão de Cultura é de que ajude, não aquela coisa salvacionista de “que bom, chegou o ponto de cultura, tudo vai se resolver”, mas que pode ser um considerável gás para o que se faz poder melhorar, e poder fazer melhor.

O professor José Luiz Cirqueira Falcão, do Departamento de Educação Física, pesquisador da formação de educadores populares em capoeira:

O Pontão é uma grande oportunidade da UFSC se inserir nos movimentos populares, e interagir com as comunidades e as cidades do interior. A Universidade ainda está muito voltada para o seu próprio umbigo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do Pontão de Cultura na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC é uma possibilidade de pôr em evidência a produção cultural que vem sendo realizada por professores, servidores técnicos e estudantes, ao mesmo tempo que aumenta a superfície de contato destes produtores com a sociedade catarinense. O Pontão expressa uma articulação profunda da UFSC com as políticas culturais do governo federal, lideradas pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil.

A produção cultural na UFSC parece não diferir muito da realidade de outras universidades públicas federais: ausência de política clara e consistente das administrações, escassez de investimentos e custeio de programação mínima de eventos para esconder a negligência. A UFSC parece reproduzir os interesses da indústria cultural, que se alimenta do acesso restrito aos meios de produção e oferece apenas a opção de consumo de produtos e serviços.

A implantação do Pontão na UFSC implica, pelo menos, três importantes desafios para a universidade federal. O primeiro desafio é compreender que, apesar de o Pontão ter a função de fomentar, orientar e articular os Pontos de Cultura, não cabe reduzir estes Pontos a reprodutores dos conceitos e das técnicas dominantes na UFSC e vinculados à estética e aos interesses da indústria cultural.

O segundo desafio é fazer com que parceria da Universidade Federal, do Ministério da Cultura – MinC para colaborar com a implantação e o desenvolvimento dos Pontos de Cultura tenha mão dupla, com saídas e entradas de informações, saberes e

valores. Assim, do mesmo modo como a UFSC pode fomentar e orientar as iniciativas dos grupos sociais e comunidades, estas iniciativas devem fomentar e orientar a UFSC a ampliar o seu conceito de cultura e incluir a diversidade.

O terceiro desafio é a UFSC ir além da formação estética e técnica das pessoas para trabalhar nas linhas de montagem da indústria cultural e nos meios de comunicação oligopolizados. Isto significa que ela deve incorporar nos seus processos de formação profissional a capacitação para a produção colaborativa e para a preservação e a promoção da diversidade cultural.

Ao alinhar-se com a política cultural do Ministério da Cultura, o Pontão quer fazer a UFSC repensar o conceito de cultura que usa em seus planos pedagógicos de formação profissional. A ampliação do conceito de cultura resulta na valorização daquilo que identifica pessoas, grupos comunitários e sociedade catarinense. Esta valorização desloca a cultura da associação exclusivamente com a arte e a estética para a associação mais ampla com diversos elementos: valores, crenças, hábitos, saberes, ferramentas, técnicas, etc.

O projeto de Pontão de Cultura na UFSC toma como ponto de partida a conversação entre produtores culturais e artistas da comunidade universitária, buscando a articulação que dê maior visibilidade e permita o acesso aos recursos oferecidos por meio de editais do MinC. É construído assim um entendimento interno no sentido de maior cooperação e de disposição para o diálogo com setores sociais historicamente marginalizados.

O projeto do Pontão de Cultura inicia a formação de uma rede horizontal dentro da UFSC. Esta rede incipiente identifica suas potencialidades de produzir cultura em sentido amplo, de usar ferramentas pedagógicas para compartilhar esta produção cultural com a sociedade catarinense, de cooperar para que os Pontos de Cultura possam auto-organizar e auto-administrar sua produção, e de incluir esta produção cultural de forma sustentável na rede de agentes comunitários da economia solidária.

Finalmente, a implantação do Pontão de Cultura na UFSC é compromisso com a preservação e a promoção da diversidade cultural, na forma de cooperação com iniciativas locais e comunitárias de produção. A proposta do Pontão compreende a cultura como parte do direito e cidadania, e as práticas culturais como espaço de afirmação da identidade e de inclusão social. O Pontão quer fomentar o acesso às inovações e linguagens tecnológicas, aos modos autônomos de organização e administração e às formas solidárias e generosas de economia.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Cristina A.; VIEIRA, Marcelo M.F. (Org.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFPe, 2003.

CHAUÍ, M. 2006. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.



- GUATTARI, F. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HABERMAS, J. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPA, 2002.
- HARDT, Michael; NEGRI, Toni. **Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LAZZARATO, Mauricio; NEGRI, Toni. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEMONS, R. O Creative Commons e as transformações da propriedade intelectual. In: BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TOME, T. (Orgs.). **Mídias digitais**: convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005.
- LESSIG, L. **Cultura livre**: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade. São Paulo: Trama, 2005.
- LIMA, Clóvis R.M.; SANTINI, Rose Marie. Código aberto e produção colaborativa nos Pontos de Cultura. **Contemporânea**, v. 5, n. 1 e 2, dez. 2007.
- \_\_\_\_\_. Creative Commons e produção cultural colaborativa no Brasil. **Comunicação e Espaço Público**, Ano IX, n. 1 e 2, 2006.
- \_\_\_\_\_. Produção colaborativa de softwares livres: trabalho e tecnologia na sociedade da informação. **Informação e sociedade**, v.18, n.2, ago. 2008.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Lisboa: Edições 70, 2001.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano básico para Pontos de Cultura**. Brasília, 2008.  
Disponível em:  
<[http://www.cultura.gov.br/upload/Plano\\_basico\\_de\\_acao\\_pontos\\_1183735565.pdf](http://www.cultura.gov.br/upload/Plano_basico_de_acao_pontos_1183735565.pdf)> .  
Acesso em: jan. 2008.
- MIRANDA, Antonio. Sociedade da Informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília: IBICT, v.29, n.2, p.78-88, maio/ago. 2000.
- NEGRI, Toni. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

PRADO, C.; CAMINATI, F.; NOVAES, T. Sinapse XXI: novos paradigmas em comunicação. In: BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TOME, T. (Orgs.). **Mídias digitais**: convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005.

SILVEIRA, Sergio Amadeo. **A mobilização colaborativa e a teoria da propriedade do bem intangível**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. (Tese de doutorado). Disponível em: <<http://twiki.softwarelivre.org/bin/view/TeseSA/WebHome>>. Acesso em: jan. 2008.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. Bauru: EDUSP, 1998.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: <[http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy\\_of\\_pdf/decunivdiversidadecultural.doc](http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decunivdiversidadecultural.doc)> . Acesso em: jan. 2008.